

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO:

Aquisição de um 01 veículo estilo caminhão, implementado com carroceria em aço para atender as demandas da Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, conforme especificações e condições constantes no Termo de Referência e no **Convênio MDA nº 969350/2024 - Transferegov.br**.

A contratação será realizada mediante procedimento licitatório, observadas as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis.

1.1. DAS QUANTIDADES

A Contratada fica obrigada a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência do presente contrato, observados os limites de quantidade previstos abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT
1	Caminhão 4x2, novo, zero quilômetro, ano/modelo mínimo 2026/2026, cabine em aço original de fábrica, motorização diesel, mínimo de 4 cilindros, potência mínima de 160 cv ou superior, torque mínimo de 400 Nm, tração traseira, transmissão manual com mínimo de 6 marchas à frente e 1 à ré, suspensão dianteira e traseira conforme linha de produção do fabricante, PBT homologado mínimo de 5.000 kg, e máximo de 8.200 kg sistema de freios com ABS e EBD ou sistema eletrônico equivalente, com compensação automática de fading, equipado com ar-condicionado, carroceria em aço de fabricação nacional. Sendo o 1º PRIMEIRO EMPLACAMENTO EM NOME DO MUNICÍPIO DE ITUIUTABA.	UND	01

1.2. CONDIÇÕES GERAIS DO OBJETO

- a) O veículo deverá ser **novo e sem uso anterior**, não sendo admitido veículo remanufaturado, recondicionado, seminovo ou utilizado para demonstração, exposição ou test-drive.
- b) O bem deverá ser entregue completo, em perfeitas condições de funcionamento, acompanhado de todos os acessórios obrigatórios exigidos pela legislação de trânsito vigente, manuais do proprietário e demais documentos necessários ao regular uso.
- c) O veículo deverá atender integralmente às normas técnicas e de segurança aplicáveis, especialmente às exigências do Conselho Nacional de Trânsito – CONTRAN, Código de Trânsito Brasileiro e normas ambientais vigentes.
- d) Todos os custos com transporte, frete, seguro, tributos, taxas, emplacamento inicial e demais despesas necessárias à entrega do objeto correrão por conta da Contratada.

2. JUSTIFICATIVA

A aquisição de veículo do tipo caminhão justifica-se por sua eficácia e plena adequação às demandas da Secretaria Municipal de Agricultura. Tal investimento tem como finalidade contribuir para a melhoria da renda dos beneficiários do programa, por meio do aumento da produção e da produtividade agrícola e pecuária nas áreas que receberam aplicação de calagem, além de promover a fixação do homem no campo, assegurar o fornecimento de alimentos de qualidade para o autoconsumo e para o abastecimento do comércio local, garantindo a segurança alimentar e fomentando a geração de emprego e renda.

O caminhão será essencial para o transporte de insumos, corretivos agrícolas, equipamentos e equipes técnicas até as propriedades rurais, inclusive em regiões de difícil acesso. Sua capacidade de carga e robustez proporcionam maior eficiência nas ações de assistência técnica, apoio à produção, distribuição de materiais e escoamento da safra. Ademais, o veículo oferecerá suporte logístico às atividades de execução, fiscalização, supervisão e acompanhamento de projetos agrícolas e pecuários, otimizando os processos operacionais e assegurando o cumprimento das metas e dos prazos estabelecidos.

3. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA DA LICITANTE:

3.1. Comprovação de capacidade técnica

As licitantes deverão apresentar, além dos demais documentos de habilitação exigidos no Edital, **comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto da contratação**, mediante apresentação de **no mínimo 01 (um) atestado de capacidade técnica**, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado.

3.2. Requisitos do atestado

O atestado apresentado deverá comprovar que a licitante executou, de forma satisfatória, fornecimento de veículo(s) compatível(eis) com o objeto desta contratação, considerando características, quantidades e complexidade semelhantes ao item licitado.

3.3. Forma de apresentação

O atestado deverá conter, sempre que possível:

- a) identificação da pessoa jurídica emitente;
- b) identificação da empresa contratada;
- c) descrição do objeto fornecido;
- d) período de execução ou fornecimento;
- e) manifestação quanto ao cumprimento satisfatório das obrigações assumidas;
- f) nome, cargo e meio de contato do responsável pela emissão.

3.4. Diligência administrativa

A Administração poderá promover diligências para verificar a autenticidade das informações constantes nos documentos apresentados, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

4. DO LOCAL, PRAZO E FORMA DE ENTREGA DOS MATERIAIS:

4.1. Local de entrega

A entrega do veículo deverá ocorrer na sede da **Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento**, situada na Avenida Professor José Vieira de Mendonça, s/nº, Bairro Alvorada, Ituiutaba/MG, de segunda a sexta-feira, no horário das 08h00 às 17h00, em dias úteis, previamente agendada com o setor responsável.

4.2. Forma de entrega

A entrega do objeto será realizada **em parcela única**, devendo o veículo ser entregue integralmente, completo, em perfeitas condições de uso e funcionamento, na mesma ocasião, acompanhado de todos os acessórios obrigatórios, manuais, chave reserva, documentação pertinente e demais itens exigidos pela legislação vigente.

4.3. Entrega técnica

No ato da entrega, a Contratada deverá disponibilizar **preposto ou representante técnico habilitado**, responsável por realizar a entrega técnica do veículo, prestando orientações quanto ao funcionamento, comandos, dispositivos de segurança, manutenções preventivas, garantias e demais informações operacionais necessárias.

4.4. Prazo de entrega

O prazo máximo para entrega do veículo será de **até 60 (sessenta) dias corridos**, contados da assinatura do contrato ou autorização de fornecimento, conforme definido no instrumento convocatório ou contratual.

4.5. Comunicação de eventual atraso

Caso a Contratada verifique impossibilidade de cumprimento do prazo estabelecido, deverá comunicar formalmente à Contratante, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas da data prevista para entrega, apresentando justificativa devidamente comprovada, sujeita à análise e aceitação da Administração, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

4.6. Transporte e despesas de entrega

O transporte, carregamento, descarregamento, frete, seguro, tributos, taxas e quaisquer outras despesas necessárias à entrega do objeto correrão exclusivamente por conta da Contratada, sem ônus adicional para a Administração.

4.7. Recebimento provisório

O veículo será recebido provisoriamente pelo fiscal do contrato ou servidor designado, no prazo de até **30 (trinta) dias**, para verificação da conformidade do objeto com as especificações técnicas constantes neste Termo de Referência, proposta vencedora e demais exigências legais.

4.8. Rejeição do objeto

O veículo poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando constatado desacordo com as especificações técnicas, defeitos de fabricação, avarias, irregularidades documentais ou qualquer inconformidade com a proposta apresentada.

§1º Na hipótese de rejeição, a Contratada deverá promover, às suas expensas, a substituição, correção ou reparo do objeto no prazo máximo de **20 (vinte) dias corridos**, contados da notificação formal, sem prejuízo das sanções cabíveis.

§2º Os itens substituídos estarão sujeitos a nova verificação nas mesmas condições do recebimento inicial.

4.9. Recebimento definitivo

O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de até **30 (trinta) dias**, contados do recebimento provisório, após a constatação do atendimento integral das exigências contratuais, mediante emissão de termo circunstanciado ou atesto definitivo pela Contratante.

4.10. Decurso de prazo para recebimento definitivo

Caso a verificação necessária ao recebimento definitivo não seja concluída no prazo estabelecido, sem manifestação formal da Administração, considerar-se-á realizado o recebimento definitivo no último dia do respectivo prazo, sem prejuízo da responsabilidade da Contratada por vícios ocultos ou defeitos posteriormente identificados.

4.11. Responsabilidade posterior ao recebimento

O recebimento provisório ou definitivo não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada pela qualidade, funcionamento, garantia, segurança e perfeita execução do objeto, respondendo pelos prejuízos decorrentes de vícios, defeitos ou falhas constatadas posteriormente.

4.12. Condições mínimas do objeto entregue

Somente será aceito veículo **novo, zero quilômetro, sem uso anterior**, em estrita conformidade com as especificações deste Termo de Referência, não sendo admitido, em nenhuma hipótese, veículo remanufaturado, reconcondicionado, usado para demonstração, fora de padrão, com avarias ou de procedência duvidosa.

5. DA FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO CONTRATO

5.1. Designação do fiscal do contrato

Nos termos do art. 117 da Lei Federal nº 14.133/2021, a execução contratual será acompanhada e fiscalizada por servidor(es) formalmente designado(s) pela Administração, mediante portaria, a quem competirá monitorar o cumprimento das obrigações assumidas pela Contratada.

5.2. Atribuições da fiscalização

Compete ao fiscal do contrato, sem prejuízo de outras atribuições legalmente previstas:

- a) acompanhar a execução do contrato em todas as suas fases;
- b) verificar o cumprimento dos prazos estabelecidos;
- c) fiscalizar a entrega do veículo quanto à quantidade, qualidade, funcionamento e conformidade com as especificações técnicas deste Termo de Referência e da proposta vencedora;
- d) promover o recebimento provisório e, quando atendidas às exigências, encaminhar para recebimento definitivo;
- e) recusar, total ou parcialmente, objeto entregue em desacordo com as exigências contratuais;
- f) registrar em documento próprio todas as ocorrências relacionadas à execução contratual;
- g) determinar a correção de falhas, irregularidades ou defeitos constatados;
- h) comunicar à autoridade competente situações que demandem providências superiores, inclusive eventual aplicação de penalidades;
- i) atestar notas fiscais, quando verificada a regular execução contratual e observadas as condições de pagamento.

5.3. Registro das ocorrências

Todas as ocorrências verificadas durante a execução do contrato deverão ser registradas formalmente pelo fiscal, inclusive atrasos, descumprimentos, notificações, substituições, correções, recusas de recebimento e demais fatos relevantes.

5.4. Recebimento do objeto

A fiscalização procederá ao recebimento provisório do veículo entregue, para conferência das especificações técnicas, documentação, funcionamento, acessórios obrigatórios e condições gerais do bem, observando-se os prazos e procedimentos definidos neste Termo de Referência.

5.5. Apoio técnico e administrativo

O fiscal do contrato poderá ser auxiliado por outros servidores, unidades técnicas, controle interno e órgão de assessoramento jurídico, quando necessário, para esclarecimento de dúvidas e mitigação de riscos na execução contratual, nos termos da legislação vigente.

5.6. Dever de colaboração da Contratada

A Contratada ficará sujeita à mais ampla e irrestrita fiscalização por parte da Administração, obrigando-se a prestar todos os esclarecimentos solicitados, apresentar documentos, franquear acesso às informações pertinentes e adotar as providências determinadas para regularização de eventuais inconformidades.

5.7. Limites da fiscalização

A atuação da fiscalização pela Administração não exclui nem reduz a responsabilidade exclusiva da Contratada quanto à perfeita execução do objeto, inclusive perante terceiros, por quaisquer danos, defeitos, vícios, falhas técnicas ou irregularidades constatadas, nos termos do art. 120 da Lei Federal nº 14.133/2021.

5.8. Comunicações formais

As ordens de fornecimento, notificações, solicitações, advertências e demais comunicações entre a Administração e a Contratada deverão ocorrer preferencialmente por escrito, inclusive por meio eletrônico oficial, para fins de controle e comprovação.

5.9. Manifestação da Contratada

Das determinações da fiscalização que imponham correções ou providências imediatas, poderá a Contratada apresentar manifestação fundamentada à Administração no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, sem efeito suspensivo, salvo decisão expressa em contrário da autoridade competente.

6. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1. Constituem obrigações da Contratada, sem prejuízo das demais previstas em lei, no Edital e neste Termo de Referência:

- 6.1.1. Indicar, no ato da contratação, **preposto responsável** pelo atendimento às demandas da Contratante, com poderes para representar a empresa durante a execução contratual.
- 6.1.2. Fornecer o objeto contratado em estrita conformidade com as especificações técnicas, quantidades, prazos e condições estabelecidos neste Termo de Referência e na proposta vencedora.
- 6.1.3. Entregar o veículo no prazo e local definidos pela Administração, acompanhado da respectiva **Nota Fiscal/Fatura**, manuais, certificados, chave reserva, documentação pertinente e demais itens obrigatórios.
- 6.1.4. Entregar veículo **novo, zero quilômetro, sem uso anterior**, não sendo admitido veículo remanufaturado, reconicionado, seminovo, utilizado para exposição, demonstração ou test-drive.
- 6.1.5. Providenciar, às suas expensas e no prazo fixado pela Administração, a imediata correção, substituição ou reparo de falhas, vícios, defeitos ou irregularidades constatadas.
- 6.1.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, nos termos do Código de Defesa do Consumidor e da legislação aplicável.
- 6.1.7. Manter, durante toda a execução contratual, as condições de habilitação e qualificação exigidas no certame, apresentando documentação atualizada sempre que solicitado.
- 6.1.8. Ressarcir os prejuízos causados à Contratante ou a terceiros decorrentes de culpa, dolo, negligência, imprudência, imperícia ou irregularidades na execução contratual.
- 6.1.9. Arcar integralmente com todos os custos diretos e indiretos relacionados ao objeto, inclusive transporte, frete, seguro, tributos, taxas, emplacamento inicial, licenciamento quando cabível, encargos trabalhistas, previdenciários e demais despesas incidentes, não cabendo cobrança adicional posterior.
- 6.1.10. Comunicar formalmente à Contratante, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas da data prevista para entrega, eventual fato impeditivo ao cumprimento do prazo contratual, acompanhado da devida comprovação.
- 6.1.11. Prestar todos os esclarecimentos solicitados pela Contratante e pela fiscalização contratual.
- 6.1.12. Emitir Nota Fiscal/Fatura de forma legível, sem rasuras e em conformidade com a legislação tributária vigente.
- 6.1.13. Responsabilizar-se por quaisquer danos causados ao patrimônio público durante transporte, entrega, descarga, testes ou demais procedimentos relacionados ao objeto.
- 6.1.14. Disponibilizar representante técnico no ato da entrega para realização da **entrega técnica assistida**, com orientações sobre operação, comandos, manutenção preventiva, garantias e funcionalidades do veículo.
- 6.1.15. Garantir o veículo pelo prazo mínimo de **12 (doze) meses**, em garantia integral de fábrica, sem limite de quilometragem, contado do recebimento definitivo, prevalecendo prazo superior eventualmente ofertado pelo fabricante ou pela proposta vencedora.
- 6.1.16. Disponibilizar serviços de assistência técnica e manutenção em garantia mediante deslocamento de técnico autorizado ou por meio de rede credenciada/unidade de atendimento localizada em raio máximo de **250 km do Município de Ituiutaba/MG**, nos termos do art. 40, §4º, da Lei Federal nº 14.133/2021, em observância à economicidade e à eficiência administrativa.
- 6.1.17. Não transferir a terceiros, total ou parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar o objeto, salvo mediante autorização prévia e expressa da Administração, nos limites legalmente admitidos.
- 6.1.18. Observar, no que couber, critérios de sustentabilidade ambiental, especialmente quanto à adequada destinação de resíduos, peças substituídas, embalagens e materiais decorrentes de manutenção em garantia.

7. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1. Constituem obrigações da Contratante:

- 7.1.1. Acompanhar, fiscalizar e supervisionar a execução contratual, por meio de servidor(es) formalmente designado(s).

- 7.1.2. Receber provisória e definitivamente o objeto, desde que atendidas as exigências contratuais e legais.
- 7.1.3. Informar à Contratada as normas de acesso às dependências públicas para entrega do objeto, bem como eventuais alterações de procedimentos internos.
- 7.1.4. Prestar as informações e esclarecimentos necessários ao regular cumprimento do contrato.
- 7.1.5. Comunicar formalmente à Contratada quaisquer falhas, irregularidades, atrasos ou inconformidades verificadas, fixando prazo para saneamento quando cabível.
- 7.1.6. Recusar, no todo ou em parte, o objeto entregue em desacordo com este Termo de Referência, com a proposta vencedora ou com a legislação aplicável.
- 7.1.7. Efetuar o pagamento devido, após o recebimento definitivo e atesto da Nota Fiscal/Fatura, na forma e prazo previstos neste Termo de Referência.
- 7.1.8. Exigir o cumprimento integral das obrigações assumidas pela Contratada, inclusive quanto aos prazos de entrega, garantias e assistência técnica.
- 7.1.9. Aplicar, quando cabível, as sanções administrativas previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
- 7.1.10. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução contratual, nem por danos causados a terceiros por ato da Contratada, seus empregados, prepostos ou subordinados.

8. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. Disposições gerais

O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pela Contratada, bem como a prática de atos lesivos à execução contratual ou ao certame, sujeitará a empresa às sanções administrativas previstas nos arts. 156 a 163 da Lei Federal nº 14.133/2021, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

8.2. Sanções aplicáveis

Poderão ser aplicadas, isolada ou cumulativamente, conforme a gravidade da infração:

- a) advertência;
- b) multa;
- c) impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública direta e indireta do Município de Ituiutaba/MG, pelo prazo legal cabível;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, nos casos legalmente previstos.

8.3. Hipóteses exemplificativas de infração

Constituem, entre outras, hipóteses passíveis de penalização:

- a) atraso injustificado na entrega do objeto;
- b) entrega de veículo em desacordo com as especificações técnicas;
- c) recusa em substituir ou corrigir objeto rejeitado;
- d) inexecução total ou parcial do contrato;
- e) apresentação de documentação falsa;
- f) comportamento inidôneo ou fraude na execução contratual;
- g) descumprimento das obrigações relativas à garantia e assistência técnica.

8.4. Multa

Sem prejuízo das demais penalidades, poderá ser aplicada multa administrativa, observados os princípios da razoabilidade e proporcionalidade, nos seguintes termos:

- a) **multa moratória**, por atraso injustificado na entrega, até o limite definido no instrumento convocatório ou contratual;

b) **multa compensatória de até 10% (dez por cento)** sobre o valor total contratado, nos casos de inexecução total, recusa injustificada, descumprimento de cláusulas essenciais ou reincidência em irregularidades.

8.5. Cobrança da multa

O valor da multa poderá ser:

- a) recolhido ao Tesouro Municipal no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados da notificação;
- b) descontado de pagamentos eventualmente devidos à Contratada; ou
- c) cobrado judicialmente, quando necessário.

8.6. Correção das irregularidades

O pagamento da multa não exime a Contratada da obrigação de sanar as irregularidades que deram causa à penalidade, nem afasta eventual dever de indenizar prejuízos causados à Administração ou a terceiros.

8.7. Processo administrativo sancionador

A aplicação de penalidades dependerá da instauração de processo administrativo regular, com garantia de defesa e manifestação da Contratada, na forma da legislação vigente.

8.8. Casos excepcionais

Poderão ser relevadas penalidades, total ou parcialmente, pela autoridade competente, mediante decisão motivada, quando comprovada ocorrência de caso fortuito, força maior ou circunstância excepcional devidamente demonstrada pela Contratada.

9. DO PAGAMENTO

9.1. Condição para pagamento

O pagamento será efetuado pela Contratante após o **recebimento definitivo do objeto**, mediante apresentação da Nota Fiscal/Fatura devidamente atestada pelo fiscal do contrato ou servidor designado, observadas as exigências legais e orçamentárias.

9.2. Prazo de pagamento

O pagamento ocorrerá no prazo adotado pela Secretaria Municipal de Finanças e Orçamento, contado da data do protocolo regular da Nota Fiscal/Fatura e desde que inexistam pendências administrativas ou documentais.

9.3. Forma de pagamento

O pagamento será realizado por ordem bancária, mediante crédito em conta corrente de titularidade da Contratada, devendo constar na Nota Fiscal ou documento equivalente:

- a) nome da instituição bancária;
- b) número da agência;
- c) número da conta corrente;
- d) identificação do favorecido.

9.4. Vedação ao pagamento antecipado

Não haverá pagamento antecipado, total ou parcial, ressalvadas as hipóteses excepcionalíssimas previstas no art. 145 da Lei Federal nº 14.133/2021, desde que devidamente justificadas, autorizadas pela autoridade competente e acompanhadas das garantias legalmente exigíveis.

9.5. Regularidade fiscal e trabalhista

Previamente ao pagamento, a Administração poderá verificar a manutenção das condições de habilitação da Contratada, especialmente quanto à regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária, nos termos da legislação aplicável.

9.6. Simples Nacional

Caso a Contratada seja optante pelo Simples Nacional, deverá apresentar a documentação comprobatória pertinente, para fins de tratamento tributário adequado, na forma da Lei Complementar nº 123/2006.

9.7. Retenções tributárias

Serão efetuadas as retenções tributárias legalmente exigidas sobre os pagamentos realizados, conforme legislação vigente.

9.8. Erro ou irregularidade na Nota Fiscal

Havendo erro, omissão, divergência ou qualquer circunstância que impeça a liquidação da despesa, a Nota Fiscal/Fatura será devolvida à Contratada para regularização, suspendendo-se o prazo de pagamento até a reapresentação correta do documento, sem ônus para a Administração.

9.9. Responsabilidade tributária e custos

Todos os tributos, encargos, contribuições e demais despesas necessárias ao fornecimento do objeto correrão por conta exclusiva da Contratada, sem direito a reequilíbrio automático por fatos ordinários previsíveis.

10. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOCUMENTOS.

10.1 As regras para a apresentação da proposta e dos documentos estão definidas no edital e estão vinculadas ao que dispõe o entendimento da súmula nº 222 do Tribunal de Contas da União.

11. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR.

11.1. Modalidade e forma de contratação

A seleção do fornecedor será realizada mediante **licitação na modalidade Pregão, em sua forma eletrônica**, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, por se tratar de aquisição de bem comum, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado.

11.2. Critério de julgamento

O critério de julgamento das propostas será o de **menor preço por item**, observadas as especificações técnicas, exigências de habilitação e demais condições estabelecidas no Edital e neste Termo de Referência.

11.3. Participação e habilitação

As exigências relativas à habilitação jurídica, regularidade fiscal, regularidade trabalhista, qualificação econômico-financeira e demais documentos de participação serão aquelas definidas no Edital, em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/2021.

11.4. Qualificação técnica

A qualificação técnica do licitante será comprovada mediante apresentação de **atestado de capacidade técnica**, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que demonstre fornecimento anterior compatível com o objeto desta contratação, em características e complexidade semelhantes.

11.5. Aceitabilidade da proposta

Serão desclassificadas as propostas que:

- a) não atenderem às especificações técnicas mínimas exigidas;
- b) apresentarem preços inexecutáveis ou superiores ao valor estimado, quando assim definido no Edital;
- c) contiverem vícios insanáveis, inconsistências ou desconformidades com as exigências do certame.

11.6. Critérios de desempate

Em caso de empate entre propostas, serão observados os critérios de desempate previstos na Lei Federal nº 14.133/2021, na Lei Complementar nº 123/2006, quando aplicável, e demais disposições constantes do Edital.

11.7. Negociação

Encerrada a fase competitiva, poderá o Pregoeiro promover negociação com a licitante provisoriamente classificada em primeiro lugar, visando à obtenção de proposta mais vantajosa para a Administração, nos termos da legislação vigente.

11.8. Garantia da contratação

Para a presente contratação, **não será exigida garantia contratual prevista no art. 96 da Lei Federal nº 14.133/2021**, considerando tratar-se de aquisição com entrega única, objeto de baixa complexidade executiva, pagamento condicionado ao recebimento definitivo e reduzido risco de inadimplemento contratual, sem prejuízo das garantias legais e da garantia de fábrica exigida para o veículo.

11.9. Subcontratação

Não será admitida a subcontratação do objeto principal, consistente no fornecimento do veículo e respectiva entrega, admitindo-se apenas serviços acessórios eventualmente necessários, desde que previamente autorizados pela Administração e sem prejuízo da responsabilidade integral da Contratada.

11.10. Critérios de sustentabilidade

Na execução contratual deverão ser observados, no que couber, critérios de sustentabilidade, especialmente:

- a) atendimento às normas ambientais e de controle de emissões vigentes;
- b) adequada destinação de resíduos, embalagens e peças substituídas em garantia;
- c) fornecimento de veículo com tecnologia compatível com os padrões atuais de eficiência e segurança;
- d) observância das boas práticas de responsabilidade socioambiental.

12. DA ESTIMATIVA DE CUSTOS

12.1 O custo total estimado para a presente aquisição é de R\$ 551.250,00 – (Quinhentos e cinquenta e um mil duzentos e cinquenta reais).

13. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

REPASSE FEDERAL:

Convênio MDA nº 969350/2024 - Transferegov.br/ Processo Administrativo nº 55000.007604/2024-54 - MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO E AGRICULTURA FAMILIAR

Programa de Trabalho nº M2100B00MG3 / PTRES 246142

Nota de Empenho nº 2024NE000093

Código da Natureza de Despesa: 444042

Fonte de Recursos 1000000000

Data de Início de Vigência: 23/12/2024 / Data de Término da Vigência: 24/11/2026

Vínculo – 1.700.000.3120

Valor de Repasse: R\$ 545.789,63

REPASSE MUNICIPAL:

01.05.00 – Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento

01.05.01 – Gabinete do Secretário

20.122.0002.2.062 – Gestão de Ações Administrativas

4.4.90.52.00 – Equipamentos e Material Permanente (Ficha 217)

Vínculo – 1.501.000.0000

Valor da Contrapartida: R\$ 5.460,37

14. DA PROTEÇÃO DOS DADOS PESSOAIS

14.1 As PARTES, por si e por seus colaboradores, obrigam-se a atuar no presente Contrato em conformidade com a legislação vigente sobre Proteção de Dados Pessoais e as determinações de órgão reguladores e/ou fiscalizadores sobre a matéria, em especial, a Lei Federal nº 13.709/2018.

15. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

15.1 A Empresa deverá arcar com todos os custos e despesas, diretas ou indiretas, decorrentes do fornecimento dos materiais, sem qualquer ônus à CONTRATANTE.

15.2 Os serviços/ entregas iniciarão após emissão da Ordem de Serviços/fornecimento dada pela Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

15.3 A CONTRATADA, por si, seus agentes, prepostos, empregados, encarregados e supervisor, assume inteira responsabilidade por quaisquer danos ou prejuízos causados nos equipamentos das instituições escolares, por culpa ou dolo de seus empregados, em decorrência da execução do objeto deste Termo de Referência, devendo ser ressarcidos imediatamente pela CONTRATADA, ou serão descontados dos pagamentos devido à empresa.

15.4 Será competente o Foro da Comarca de Ituiutaba/MG, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja para soluções de questões oriundas deste Credenciamento.

15.5 A Nota de Empenho da Despesa terá força de contrato, conforme prevê o art. 95 da Lei Federal N° 14.133/2021.

16. DA LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA

16.1 As partes ficam vinculadas aos termos deste Termo de Referência, seus eventuais Anexos e à proposta da Contratada.

16.2 Este Termo de Referência teve como base a Lei federal nº 14.133/2021, consolidada que institui normas para licitação e Contratos da Administração Pública e dá outras providências; além de outras normas que venham assegurar o cumprimento dos princípios inerentes, bem como, Legislação Municipal e Disposição do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais.

Ituiutaba, 05 de fevereiro de 2026

Carlos Marques

Secretário Municipal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento